

Mudanças no sistema partidário e as eleições nacionais de 2009 no Chile

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Professor de Ciência Política (UFPB)

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise do sistema partidário do Chile contemporâneo, considerados os resultados das eleições nacionais realizadas em 2009 para a Presidência da República e o Congresso Nacional. Tomando como ponto de partida a interpretação, tradicional na ciência política, de que o sistema partidário chileno é excepcional na América Latina pelo seu elevado grau de institucionalização, buscaremos identificar o impacto contemporâneo de variáveis como “confiança nos partidos políticos” e “identificação ideológica” neste sistema partidário. Para tanto, utilizaremos de resultados de surveys de opinião pública realizados com cidadãos chilenos. Mais ainda, buscaremos traçar um perfil do cenário político em que se realizaram as eleições de 2009 no Chile, particularmente atentando para a fragmentação dos principais partidos políticos e a derrota da coalizão de centro-esquerda “Concertación”, além de analisar impactos dos resultados eleitorais para o sistema partidário chileno.

Palavras-chave: Chile; Partidos Políticos; Eleições; Sistemas Eleitorais.

Abstract

The goal of this paper is to analyse the contemporary Chilean political parties system, considering results of the 2009 national presidency elections and also the national congress elections. Starting with the interpretation, traditional in political science, that the Chilean parties system is peculiar in Latin America due to its high level of institutionalization, we try to identify the contemporary impact of variables like “trust in the political parties” and “ideology identification” in this system. For that, we will be based on public opinion survey results applied to Chilean citizens. Furthermore, we will seek to define the political scene profile in which the 2009 elections were conducted in Chile, in particular, observing the fragmentation of the main parties and the center-left coalition defeat “Concertación”. Also, we will analyze electoral results impact to the Chilean political parties system.

Key Words: Chile; Political Parties; Elections; Electoral Systems.

Apresentação

O Chile é considerado, pela literatura da ciência política, como um caso historicamente exemplar de um sistema partidário institucionalizado na América Latina. Segundo essa literatura, os partidos vêm, historicamente, ocupando um lugar central na organização das preferências político-ideológicas e eleitorais no Chile, além de desfrutarem de uma consistente base social, resultando num cenário de baixa volatilidade eleitoral. Em conjunto, essas características representariam um contraste do Chile com a maioria dos seus vizinhos da América Latina, região onde os partidos políticos, via de regra, não têm relevância, e tendem a ser controlados de maneira personalista e populista. Com a retomada da democracia no Chile em 1990, esse tipo de argumento encontrou um reforço na estabilidade política que foi instalada, e na retomada de boa parte dos elementos que caracterizaram o sistema político chileno até 1973, sobretudo, no que diz respeito à centralidade dos partidos políticos.

As eleições nacionais de 2009, entretanto, impuseram transformações importantes sobre o sistema partidário chileno, ao pôr fim ao período de 20 anos de governo da coalizão de centro-esquerda “Concertación”, com a vitória de Sebastián Piñera, o primeiro direitista a ser democraticamente eleito Presidente da República no Chile desde 1958, derrotando o candidato apresentado pela Concertación, o ex-presidente Eduardo Frei. Mais ainda, aquelas eleições marcaram o retorno do Partido Comunista, um dos mais tradicionais do Chile, à Câmara dos Deputados. Também pela primeira vez desde o retorno da democracia, a Concertación não obteve maioria na Câmara dos Deputados. Os antecedentes políticos dessas eleições,

entretanto, podem ser considerados como igualmente inovadores para a política chilena. Neste início de século, o Chile assistiu a um processo de fracionamento dos principais partidos políticos concertacionistas. Ademais, os partidos e os políticos chilenos passaram a experimentar um nível de descrédito que, associado a um desinteresse dos cidadãos para com a política, faz do Chile um dos países latino-americanos onde o mal-estar com a representação política atinge níveis mais acentuados, alcançando a base social dos partidos políticos e enfraquecendo um argumento tradicional da literatura na ciência política sobre o sistema partidário do Chile, que seja, seu enraizamento na sociedade.

Neste artigo, vamos buscar analisar o contexto político em que se deram as eleições de 2009 no Chile, atentando para as suas consequências para os sistemas político e partidário chilenos. Para tanto, faremos uso dos resultados eleitorais de 2009, bem como de surveys de cultura política de diversos institutos de pesquisa social chilenos.

O contexto político-institucional

Com a eleição do primeiro governo civil após o final da ditadura militar, o Chile passou a ser governado, em 1990, por uma coalizão de partidos políticos de centro e de esquerda intitulada “Concertación de Partidos por la Democracia”, ou, simplesmente, “Concertación”. Tomaram parte da Concertación os seguintes partidos: Democracia Cristã (DC), Partido Socialista (PS), Partido Radical Socialdemocrático (PRSD) e Partido por la Democracia (PPD). A Concertación governou o Chile entre 1990 e 2010, tendo eleito quatro Presidentes da República: Patricio Aylwin (DC) em 1989, Eduardo Frei Ruiz-Tagle (DC) em 1993,

Ricardo Lagos (PS) em 1999 e Michelle Bachelet (PS) em 2005.

No campo da oposição de direita à Concertación, durante todo o seu período de governo, estiveram a União Democrática Independente (UDI) e a Renovação Nacional (RN), conformando a coalizão intitulada “Alianza por Chile”, ou apenas “Alianza”. Já no pólo esquerdo da oposição, estiveram partidos como o Partido Comunista (PC), a “Izquierda Cristiana” (IC) e o Partido Humanista (PH). Desde o início dos anos 1990, esses partidos de esquerda tenderam à proximidade, mesmo que por vezes disputassem divididos as eleições presidenciais e parlamentares. Para as eleições de 2005, os partidos da oposição de esquerda chilena unificaram posições e formaram o grupo político intitulado “Juntos Podemos Más”, que lançou como candidato presidencial o humanista Tomás Hirsch.

Uma das características do sistema partidário chileno, historicamente, foi o seu elevado grau de institucionalização, segundo os critérios estabelecidos por Mainwaring e Scully (1995). Ou seja, segundo postulam esses autores, há uma tradição partidária no Chile que remete às primeiras décadas do século XX (e, no caso do Partido Radical, até ao século XIX); os partidos têm base social, o que também, historicamente, resultou num cenário de identificação partidária pelos cidadãos tido como elevado, de acordo com os padrões latino-americanos e; as clivagens (ou “famílias”) ideológicas direita-centro-esquerda sempre organizaram a disputa eleitoral e partidária, orientando as preferências dos cidadãos e a auto-identificação ideológica dos partidos, o que resulta numa tradição de baixa volatilidade eleitoral. Ademais, os partidos chilenos tendem a ter uma estrutura organizativa sólida, que consegue se sobrepor

à tradicional figura do “caudilho” latino-americano, o que também justifica a sua longevidade.

Em sentido similar a Mainwaring e Scully, mas trabalhando com conceitos como “tradições partidárias sólidas” que, por analogia, podemos identificar com o que Mainwaring e Scully chamam de “sistema partidário institucionalizado”, Saéz e Freidenberg (2002) afirmam que o Chile estava, quando do processo de transição democrática que se processou na América Latina nos anos 1980, entre os poucos países que contavam “com tradições partidárias sólidas, tanto em termos da existência de máquinas partidárias como de capacidade dessas máquinas para mobilizar o apoio de importantes setores da população” (SAÉZ; FREIDENBERG, 2002, p.140). Junto ao Chile, Saéz e Freidenberg incluíam o Uruguai e o Peru, além da Argentina. Não é nova, entretanto, esse tipo de classificação do sistema partidário chileno. Já nos anos 1960, o sociólogo chileno Federico Gil afirmava: “Chile is the only Latin American country where political forces are clearly and distinctly aligned, as in many European countries, into three great blocs: the Right, the Center, and the Left.” (GIL, 1966, p. 244). Posição idêntica pode ser identificada em autores chilenos mais atuais, como os sociólogos Manuel Antonio Garretón (1989; 1990 e 2007) e Tomás Moulian (2002b), este tendo identificado, no sistema partidário chileno anterior a 1973, uma disposição das forças políticas que se organizava por critérios ideológicos e de classe social, conforme o modelo proposto por Lipset (1967).

Esta cultura política pluralista e organizada segundo padrões partidários foi percebida por Pinochet como uma ameaça à continuidade do legado do seu regime, quando do regresso da

democracia. Controlando o processo de transição democrática que conduziu às eleições parlamentares e ao governo civil que lhe sucederia, Pinochet outorgou um sistema eleitoral tendente a fortalecer as maiorias eleitorais, com pretensos efeitos concentradores sobre o sistema partidário, o chamado “sistema binominal”. Sob o argumento de evitar a pulverização de partidos no Parlamento, o que supostamente teria radicalizado o processo político no governo Allende, os militares e seus aliados civis impuseram o sistema binominal objetivando impor um sistema eleitoral que sobre-representasse a direita, garantindo-lhe poder de veto contra eventuais reformas políticas e constitucionais dos governos democráticos; que criasse um sistema bipartidário, forçando a DC a posicionar-se junto à esquerda ou à direita e que impedisse a representação parlamentar do PC e dos demais partidos da extrema-esquerda, segundo sustenta Pastor (2004).

Pelo sistema binominal, o Chile foi dividido em 60 distritos eleitorais para as eleições de deputados e em 19 distritos eleitorais para as eleições de senadores. Cada distrito elege dois representantes, com a fórmula eleitoral D’Hondt (SIAVELIS, 2005)¹. Trata-se, portanto, da aplicação de uma fórmula do sistema eleitoral de representação proporcional em distritos eleitorais com a menor magnitude (M) possível para um sistema eleitoral dessa natureza (ou seja, em distritos onde $M=2$). A principal consequência, portanto, é que basta um partido ou coligação de partidos – possibilidade que é permitida pela legislação chilena - atingir 33,4% dos votos de um distrito eleitoral para eleger um representante

por aquele distrito, ou 50% das vagas daquele distrito eleitoral. Em uma conta inversa, um partido ou lista de partidos precisa obter, aproximadamente, 66,7% dos votos do distrito para eleger os dois representantes do distrito (ou seja, 100% das vagas). Conforme o linguajar chileno, esta última situação é chamada de “doblar” no distrito.

Além disso, o sistema eleitoral chileno confere a cada eleitor o direito a um voto nominal, num candidato da sua preferência, mesmo que cada partido ou coalizão apresente dois candidatos. A soma dos votos dos dois candidatos apresentados pelo partido ou pela coalizão num distrito eleitoral é que determina o montante de candidatos que o partido ou a coalizão elegerá naquele distrito. O binominal chileno trata-se, portanto, de um sistema eleitoral proporcional com lista partidária aberta, que adota a fórmula eleitoral D’Hondt, com magnitude dos distritos baixa e invariável no país. O incentivo do sistema binominal à formação de coalizões de partidos, assim, é alto, uma vez que a fragmentação de candidaturas do mesmo campo político pode resultar na eleição de um candidato - minoritário - de um bloco político adversário.

No momento em que estabelece a lista partidária aberta, e que dificulta a eleição por um mesmo partido ou coalizão das duas vagas em disputa em cada distrito, o sistema binominal estabelece uma situação em que a disputa real se dá mais intrapartidos ou intrabloques políticos do que entre posições políticas diferentes. Uma disputa entre iguais ou semelhantes, portanto, é nociva ao sistema partidário, por favorecer campanhas eleitorais personalizadas, ainda de acordo com Mainwaring e Scully (1995). As duas grandes coalizões que polarizam, à esquerda e à direita, a política chilena desde 1989, portanto, além das afinidades programáticas, podem ser vistas

¹ Autores como Rodríguez (2008) tratam sistema binominal como sendo um sistema eleitoral de tipo majoritário. Entretanto, parece-nos mais adequada a conceituação de Siavelis, que aqui adotamos.

como resultado de escolhas estratégicas tomadas pelos partidos que as compõem, a partir de um cálculo eleitoral por eles realizado a partir das bases institucionais do sistema binominal.

Considerado o que foi até aqui exposto, concordamos com a afirmativa do sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón de que, se Pinochet não conseguiu refundar o sistema partidário chileno, é certo que ele foi bem-sucedido em transformá-lo (GARRETÓN, 1990). A imensa maioria dos partidos políticos chilenos relevantes (SARTORI, 1982) desde 1989 tem origem anterior à ditadura militar, o que corrobora com a hipótese de Mainwaring e Scully (1995) sobre a institucionalização do sistema partidário chileno, e não valida qualquer impressão sobre a refundação do sistema após o retorno à democracia – como a que ocorreu no Brasil, por exemplo. A direita chilena, entretanto, foi de fato refundada na transição à democracia: o antigo Partido Nacional – resultado da fusão, nos anos 1960, dos antigos partidos Liberal e Conservador, ambos remanescentes do século XIX – desapareceu, e surgiram, nos anos 1980, dois partidos políticos identificados com a direita, a UDI e a RN. Enquanto o primeiro representava a linha dura pinochetista, mantendo laços também com o conservadorismo católico, o último procurava se apresentar como um partido neoliberal “moderno” e “democrático”, apesar de também ter sólidas ligações com o regime militar. O atual presidente chileno, Sebastián Piñera, é um dos principais líderes e fundadores da RN, e um dos seus irmãos, José Piñera, foi ministro de Pinochet, tendo sido responsável pela privatização do sistema de pensões no Chile.

No centro e na esquerda, entretanto, a imensa maioria dos partidos que passaram a disputar as eleições a partir de 1989 tem origem

anterior ao regime militar, com poucas exceções, como o Partido Humanista e o PPD, além de outros grupos menores e com pouca expressão eleitoral. Mesmo assim, a transformação à qual se refere Garretón, entretanto, marcou profundamente esses campos políticos. A DC - tradicionalmente refratária à aproximação com a esquerda, tendo assumido uma postura isolacionista até o golpe de 1973 -, a partir do início da década de 1980, aproximou-se da ala moderada da esquerda, particularmente, do Partido Socialista, visando à construção de uma alternativa oposicionista democrática, que resultou na futura Concertación. O Partido Socialista passou por um processo de renovação a partir dos anos 1980, consagrado com a reunificação de todas as suas alas no início da década seguinte, assumindo uma tendência mais moderada, acercando-se de uma postura social-democrática, abandonando a posição “marxista-leninista” que identificava quando do governo de Allende e afastando-se, definitivamente, da extrema-esquerda. Já o Partido Comunista, um dos mais antigos partidos comunistas da América Latina, que durante o governo Allende, influenciado pela tese soviética de “revolução pacífica”, havia assumido o papel de grande força moderadora da esquerda, buscando construir pontes com os partidos de centro – particularmente, a DC -, radicalizou-se nos anos 1980, afastou-se dos socialistas e passou a assumir uma posição de extrema-esquerda. A tradicional aliança “socialista-comunista”, que se mantinha desde a década de 1930, foi, finalmente, rompida e substituída por uma sólida e original aliança entre democratas-cristãos e socialistas. Grosso modo, foi este o cenário partidário que se viu no Chile durante todo o longo período de governos da Concertación (MOULIAN, 2002b).

Nos últimos anos do período da Concertación, particularmente durante o governo de Michelle Bachelet, esse cenário passou por um processo de desestabilização, cuja face mais evidente foi o fracionamento dos principais partidos da Concertación. O primeiro partido concertacionista a sofrer fracionamento foi o PPD que, entre o final de 2006 e o início de 2007, perdeu lideranças como o senador Fernando Flores – ex-ministro de Allende –, o deputado Esteban Valenzuela e o ex-deputado Jorge Schaulsohn, que acusaram a Concertación de assumir uma nova “ideologia da corrupção” e fundaram o partido “ChilePrimero”. Em março de 2009, apesar da sua originalmente anunciada posição de independência à Concertación e à Alianza, o ChilePrimero decidiu apoiar a candidatura presidencial de Sebastián Piñera. Esteban Valenzuela, entretanto, saiu do seu novo partido e passou a atuar como independente, apoiando a candidatura presidencial do seu colega deputado Marco Enríquez-Ominami.

No segundo semestre de 2007, foi aberta uma crise na DC. Um grupo de parlamentares integrantes da corrente partidária de direita chamada “colorines”, liderada pelo senador e ex-presidente da DC Adolfo Zaldívar, lançou críticas sistemáticas ao governo de Bachelet, que acusou de “neoliberal”. No ponto alto das críticas, Zaldívar votou no Senado em contrário a um projeto governamental de transporte público para a Região Metropolitana de Santiago – o chamado “Transantiago” –, divergindo dos seus pares da Concertación e juntando-se aos senadores da Alianza e do ChilePrimero. Como resultado, foi expulso da DC em dezembro de 2007, após quase cinco décadas de militância. Em solidariedade a Zaldívar, retiraram-se da DC cinco deputados “colorines”. Em 2008, este grupo de parlamentares colorines ingressou no minúsculo “Partido Regionalista de los

Independientes” (PRI) e, junto com o ChilePrimero e com o também recém-criado “Partido Ecologista”, disputou as eleições municipais de 2008 sob o “Pacto por un Chile Limpio”.

Por fim, a crise atingiu o Partido Socialista, na sua facção mais à esquerda. Após o 28º Congresso do PS, em março de 2008, um grupo liderado pelo senador Alejandro Navarro retirou-se das fileiras socialistas, às quais qualificava de “neoliberal”. A partir de então, esse grupo se aproximou da oposição de esquerda, fundando um novo partido, o MAS (Movimiento Amplio Social), sob cuja sigla Navarro disputou a indicação presidencial da esquerda para as eleições de 2009. Em continuidade, em janeiro de 2009, o ex-ministro dos governos Allende, Aylwin e Frei e ex-presidente do PS Jorge Arrate abandonou a militância socialista, passando a figurar como candidato presidencial do grupo que se intitula “socialistas allendistas”. Arrate, assim como Navarro, o presidente do PC, Guillermo Tellier, e o humanista Tomas Hirsch, disputou a indicação para a candidatura presidencial da esquerda. Em abril de 2009, esse bloco político decidiu pela candidatura de Arrate à Presidência da República.

Finalmente, a última cisão do Partido Socialista veio com a decisão do deputado Marco Enríquez-Ominami de se lançar candidato a Presidente da República, renunciando à sua filiação socialista. Marco Enríquez-Ominami (ou simplesmente MEO) é um jovem cineasta que, como deputado, sempre manteve uma postura independente com relação ao governo de Bachelet, frequentemente criticando seu partido e a Concertación, a quem acusava de serem oligarquizados. Com um discurso modernizante, no qual abundavam os temas valóricos e laicos – como o apoio ao aborto e à

união civil homossexual -, e defendendo a renovação da política chilena, MEO empolgou expressivos setores da opinião pública chilena, principalmente os mais jovens, disputando em condições de igualdade o voto de centro-esquerda com o candidato da Concertación, Eduardo Frei, mas também avançando sobre o eleitorado dito “independente”.

Os resultados eleitorais de 2009, com a vitória do candidato da direita, Sebastián Piñera, na disputa pela Presidência da República, e com o regresso do Partido Comunista à Câmara dos

Deputados (num bloco eleitoral com a Concertación), podem ser percebidos como produtos diretos desta desestabilização do sistema partidário chileno que resultou da crise da Concertación durante o governo de Michelle Bachelet. Curiosamente, tudo isso foi observado num momento em que o governo da presidenta Bachelet batia recordes históricos de aprovação no Chile, como percebido nas Encostas Nacionais de Opinião Pública da Universidade Diego Portales, expressos na Tabela 1.

Tabela 1 - Aprovação Governo Michelle Bachelet (%)

	2006	2007	2008	2009
Aprova	51	32,1	40,1	67,8
Desaprova	40,1	58,8	50,5	23,8

Fonte: Encostas Nacionais UDP 2007 e 2009

O instituto de pesquisas chileno CEP (Centro de Estudios Públicos) traz dados ainda mais otimistas sobre a aprovação do governo de Michelle Bachelet ao final do seu mandato, como mostra a Tabela 2, que o retrata como o mais popular dos quatro governos

concertacionistas. A Tabela 2 mostra que Michelle Bachelet encerrou seu período presidencial ostentando níveis de aprovação mais de 73% superiores aos índices de aprovação que desfrutava Eduardo Frei ao final do seu mandato, dez anos antes.

Tabela 2 – Aprovação dos Governos da Concertación ao Final dos Mandatos Presidenciais (%)

	Aprovação	Desaprovação
Patricio Aylwin (Nov-Dez 1993)	51	18
Eduardo Frei (Set-Out 1999)	45	28
Ricardo Lagos (Out-Nov 2005)	58	24
Michelle Bachelet (Out 2009)	78	11

Fonte: CEP Chile <http://www.cepchile.cl>

Paradigmático também era o fato de, durante o governo de Michelle Bachelet, a Concertación ter mantido médias ascendentes de aprovação popular, como visto na Tabela 3. Nada disso,

entretanto, foi suficiente para garantir que a direita não derrotasse o candidato da Concertación em 2009.

Tabela 3 - Avaliação da Concertación (%)

	Jun 2007	Nov/Dez 2007	Jun 2008	Nov/Dez 2008	Mai/Jun 2009	Ago 2009	Out 2009
Aprova	28	25	24	25	36	38	41
Desaprova	42	50	44	41	29	30	26
Nem aprova, nem desaprova	20	14	20	21	25	22	22

Fontes: Estudos Nacionais de Opinião Pública CEP-Chile

Observadas as pesquisas de intenção de voto das eleições de 2009 no Chile, verificou-se que as preferências eleitorais ainda se organizavam de forma coerente com as identificações ideológicas – ou seja, eleitores que se identificavam como de direita, majoritariamente, tenderam a votar no candidato da direita, e assim sucessivamente, o que deve ser percebido como um sinal de institucionalização do sistema partidário chileno. Entretanto, quando o tema das pesquisas se voltava para a cultura política e a confiança nas instituições, o que foi observado no Chile de 2009 foi um persistente descrédito com a política e com os partidos políticos em particular, o que contrasta com a hipótese de institucionalização do sistema partidário chileno, amplamente difundida pela literatura especializada. É sobre essas questões que vamos nos dedicar agora.

Partidos políticos e identificação ideológica no Chile de 2009

Os partidos políticos são os principais instrumentos de representação política nos regimes democráticos, que se caracterizam, inclusive, pela existência de vários partidos políticos, que disputam o poder entre si, garantindo a possibilidade real de alternância no poder e do exercício do direito ao contraditório. Isso porque os partidos políticos cumprem a função de expressar interesses, projetos políticos e, sobretudo, ideologias

distintas, que caracterizam os ambientes pluralistas que são típicos das democracias modernas, bem definidas por Robert Dahl como “poliarquias” (DAHL, 1997). Mais ainda, os partidos cumprem funções de socialização política, de recrutamento de lideranças e de formação de governos e de oposições. A institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários, portanto, são sinais evidentes de qualidade da democracia, premissa que também pode ser considerada verdadeira se tomada no seu sentido inverso.

Entretanto, o que se tem observado, nas últimas décadas, é uma tendência, transversal às mais distintas regiões do planeta, de descrédito e desconfiança dos cidadãos com os partidos políticos, o que não implica diretamente um descrédito com e/ou oposição aos regimes democráticos. Simplesmente, os cidadãos parecem estar cansados e desconfiados dos tradicionais canais de representação política das poliarquias, como os partidos políticos e os parlamentos. Na esteira desse processo, novas formas de exercício do poder político, mais horizontais e organizadas em redes, vêm se popularizando com grande sucesso, e a participação política tem se direcionado para temáticas e formas de mobilização que, em geral, passam ao largo dos partidos políticos e, até, das eleições. Esse novo formato de participação política cresce à medida que decaem os níveis de popularidade

dos partidos políticos, que são vistos como máquinas oligarquizadas, corruptas, que pouco fazem de diferente em relação aos seus adversários quando assumem o governo e que, por tudo isso, não são confiáveis.

Segundo os dados do Informe de 2011 do Instituto Latinobarômetro, 58% dos cidadãos latino-americanos e 60% dos cidadãos chilenos consideram que “sem partidos não pode haver democracia”. Entretanto, o mesmo informe apresenta os partidos políticos como uma das instituições que menos despertam a

confiança dos latino-americanos: apenas 22% dos entrevistados disseram confiar nos partidos políticos, ante 64% que dizem confiar na Igreja, por exemplo. A Tabela 4 mostra como os partidos políticos também são vistos como instituições muito pouco confiáveis pela maioria dos cidadãos dos países da União Européia - tidos como exemplos de democracia e de sistemas partidários institucionalizados -, segundo dados do instituto Eurobarômetro.

Tabela 4 - Confiança dos Cidadãos com Relação aos Partidos Políticos – União Européia - Nov / 2009 (%)

	Tende a confiar	Tende a não confiar	Não sabe
Suécia	32	64	4
Finlândia	25	71	4
Portugal	21	72	7
Alemanha	20	74	6
Espanha	18	80	2
França	9	86	5
Reino Unido	9	87	4
Média União Européia	16	79	5

Fonte: Eurobarômetro 2009 http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/index_en.cfm

No Chile, a situação é ainda mais grave. O “Estudio nacional sobre partidos políticos y sistema electoral”, realizado entre março e abril de 2008 pelo CEP, aponta que apenas 6% dos chilenos confiam nos partidos políticos, ante 91% de entrevistados que não confiam. Também nessa pesquisa, os partidos políticos figuraram como a instituição que menor confiança despertava nos chilenos. Procurando analisar esta tendência de baixa confiança dos chilenos nos partidos políticos, essa pesquisa inquiriu sobre os “principais defeitos dos partidos políticos”, chegando aos seguintes resultados: 36% dos chilenos entrevistados consideram os partidos pouco transparentes; 33% acreditam que não há renovação, e os partidos são “sempre os mesmos”; 30%

consideram que os partidos não se responsabilizam pelos seus erros; 27% julgam que os partidos são corruptos; 17% dos entrevistados acreditam que faltam idéias aos partidos e; 10% julgam que os partidos não respeitam as minorias. Em comum, esses defeitos estão associados a uma percepção dos cidadãos quanto à baixa qualidade do exercício da representação pelos partidos políticos.

Mais recentemente, em novas pesquisas nacionais de opinião pública realizadas pelo mesmo instituto CEP no Chile, a confiança dos chilenos nos partidos políticos subiu para 8%, em novembro/dezembro de 2008, e para 13%, em outubro de 2009, o que evidencia que mais do que dobrou o número de chilenos que passaram a confiar nos partidos políticos em

um intervalo de um ano e meio. Tal crescimento coincidiu com a elevação da popularidade do governo de Michelle Bachelet e da Concertación, como vimos, e também com os índices de satisfação dos chilenos com a democracia que, segundo o Informe de 2011 do Instituto Latinobarômetro, eram de 36% em 2007, 39% em 2008 e de 53% em 2009. Entretanto, os 13% de confiança nos partidos políticos pelos chilenos são ainda inferiores às médias observadas na União Européia em 2009 e na América Latina, em 2011, segundo os institutos Eurobarômetro e Latinobarômetro, respectivamente.

Se não confia nos partidos, a maioria dos chilenos tampouco se identifica com algum partido político, conforme exposto na Tabela

5. O Informe de 2011 do Instituto Latinobarômetro mostra que o Chile, atualmente, é um dos países da América Latina com menores índices de identificação dos cidadãos com os partidos políticos. Esse é um dado que, evidentemente, contrasta com a apresentação do Chile como um país onde os partidos políticos ocupam um lugar central no sistema político e desfrutam de sólida base social, como vimos argumentar a literatura especializada. Em contrário, a média de chilenos identificados com um partido político é inferior à média regional da América Latina, bem como também inferior à média de um sistema partidário visto como passando por um processo de desinstitucionalização, como a Venezuela (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004).

Tabela 5 - Identificação dos Cidadãos com Partidos Políticos (América Latina 2011)

País	%
Uruguai	63
Paraguai	61
Venezuela	58
Colômbia	51
México	40
Costa Rica	39
Argentina	39
Chile	35
Perú	33
Equador	29
Brasil	28
Bolívia	24
Média América Latina	44

Fonte: Latinobarômetro – Informe 2011²

A recente tendência ao crescimento da mobilização popular no Chile, sobretudo nas manifestações por reforma do sistema educacional, que se realizam desde 2007 e que se intensificaram em 2011, demonstra, entretanto, que os chilenos simplesmente não decidiram se alijar de participação política. O

que vemos, todavia, é que, para a maioria dos chilenos, os partidos políticos – e, em medida bem menor, até mesmo as eleições – não são os canais de participação e representação políticas mais eficientes e confiáveis. Antes, essa maioria dos chilenos prefere as formas diretas de participação na vida política.

Por outro lado, a análise das pesquisas nacionais de opinião pública realizadas no Chile de 2009 nos permite observar que a maioria dos chilenos consegue se identificar na escala direita-centro-esquerda e que, mais ainda, essa identificação ideológica é um forte elemento de predição dos votos nas eleições presidenciais. A Tabela 6 apresenta os índices de autolocalização dos chilenos na escala ideológica esquerda-centro-direita em 2009 e demonstra que, em média, 55,6% dos chilenos

declararam ter uma identificação ideológica, ante 3% que se disseram independentes, 37,6% que declararam não ter identificação ideológica e 3,7% de entrevistados que não responderam à questão. Se a identificação ideológica apresenta médias superiores à identificação partidária, somos levados a concluir que considerável número de chilenos que têm posicionamento ideológico não se identifica com nenhum partido político.

² A pergunta para essa questão era: “Existe algum partido do qual você se sinta mais próximo do que o resto dos partidos?”.

Tabela 6 - Identificação Ideológica dos Chilenos (2009)

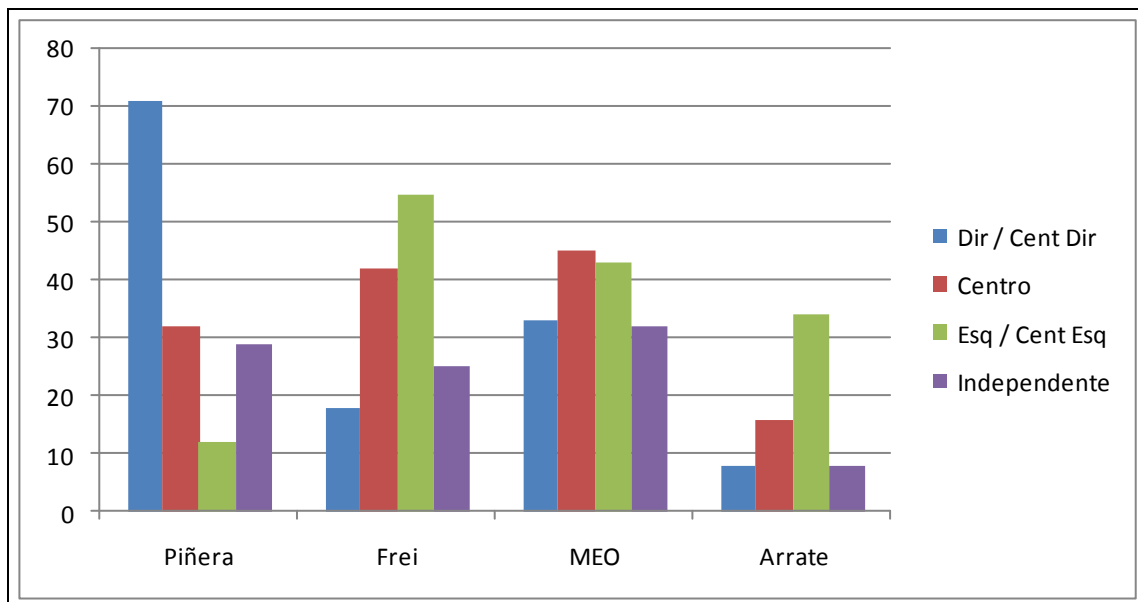
	Direita + Centro Direita	Centro	Esquerda + Centro Esquerda	Independente	Nenhuma	NS/ NR
Mai/Jun	20	13	23	3	38	3
Ago	21	13	22	3	38	3
Out	20	13	22	3	37	5
Média	20,3	13	22,3	3	37,6	3,7

Fonte: CEP Chile

Da mesma forma, a leitura das pesquisas de opinião no Chile nos permite aferir que os eleitores chilenos tenderam a fazer suas opções eleitorais para candidatos à Presidência da

República em 2009 de maneira coerente com suas preferências ideológicas. O Gráfico 1 expressa essa tendência.

Gráfico 5 – Composição do Eleitorado dos Candidatos, por Identificação Ideológica (Out / 2009)



Fonte: CEP Chile

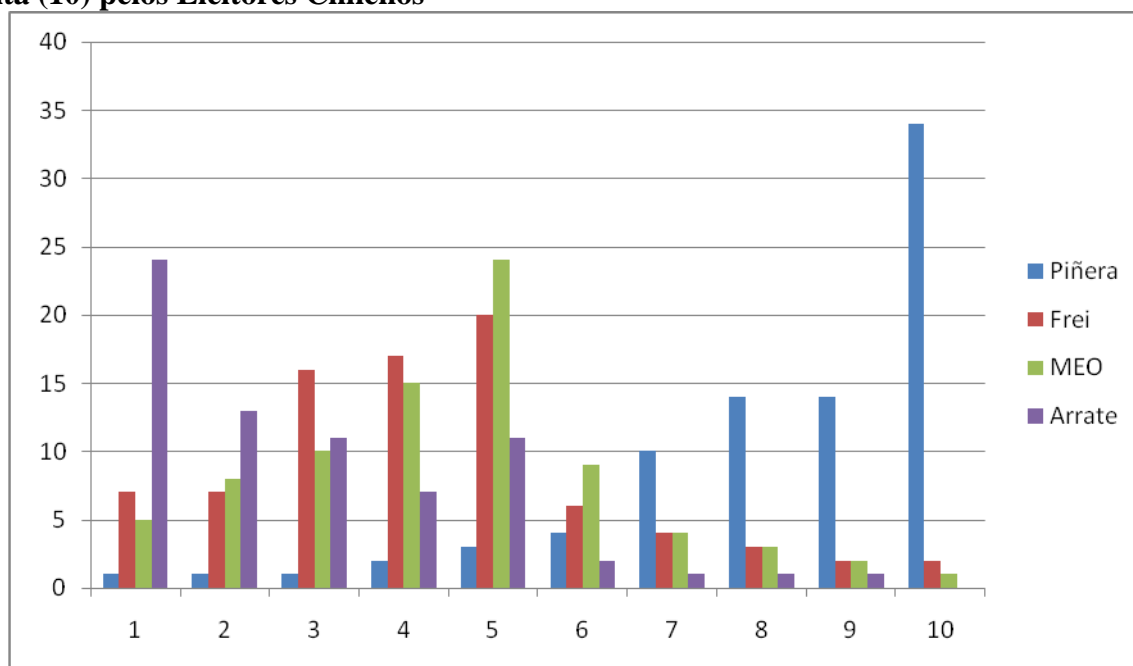
Analisando os dados do Gráfico 1, percebemos que os eleitores de direita se disseram, majoritariamente, próximos Sebastián Piñera, com os eleitores de centro-esquerda se dividindo entre as três demais candidaturas – com a ampla maioria dos chilenos que se declararam próximos a Arrate se identificando de esquerda, por exemplo. A candidatura de Frei, por seu lado, era muito mais centrista do que a de Arrate, mas conquistando muito menos eleitores de direita do que a de MEO,

por exemplo. Por fim, a candidatura de MEO mostrou-se uma candidatura claramente de centro, conquistando eleitores nas diversas posições da escala ideológica, com predominância do eleitorado de centro e de esquerda. Coerente com esse perfil, a maioria dos eleitores independentes declarou-se próxima a MEO, certamente seduzida pelo seu discurso renovador.

Da mesma forma, quando inquiridos sobre onde localizariam os quatro principais candidatos presidenciais em uma escala esquerda-direita, na qual 1 equivaleria a “muito esquerda” e 10 equivaleria “muito direita”, a maioria dos eleitores chilenos entrevistados deu respostas que são muito consistentes com a identificação política dos candidatos. Ou

seja, os entrevistados souberam localizar Arrate à esquerda e Piñera à direita da disputa presidencial de 2009, com Frei e MEO ocupando a esquerda e o centro, sendo que o candidato da Concertación assumia uma posição mais à centro-esquerda do que este último. Esses dados estão expressos no Gráfico 2.

Gráfico 2: Localização dos Candidatos Presidenciais na Escala Ideológica Esquerda (1) – Direita (10) pelos Eleitores Chilenos



Fonte: CEP Chile, Out. 2009

O fracionamento da Concertación e a conseqüente pulverização entre os eleitores de centro-esquerda entre as candidaturas de Eduardo Frei, MEO e Jorge Arrate – três candidatos historicamente identificados com a

Concertación -, levou a uma inevitável primeira posição de Sebastián Piñera no primeiro turno das eleições presidenciais de 2009 no Chile, cujos resultados estão expressos na Tabela 7.

Tabela 7 – Resultados 1º Turno da Eleição Presidencial Chile - 2009

Candidato	Votação (%)
Sebastián Piñera	44,06
Eduardo Frei	29,60
MEO	20,14
Jorge Arrate	6,21

Fonte: Ministério do Interior do Chile <http://www.elecciones.gov.cl/>

No segundo turno, Sebastián Piñera foi eleito com 51,6% dos votos, contra 48,4% obtidos por Eduardo Frei. A despeito da boa aprovação popular de Michelle Bachelet e da própria Concertación, o sentimento de renovação pareceu ser a mais forte variável presente na eleição chilena de 2009, inclusive, entre os eleitores de centro-esquerda, tradicionalmente concertacionistas, que migraram em número considerável para MEO. Da mesma forma, Arrate obteve a melhor votação de um candidato da oposição de esquerda à Concertación desde 1989, o que demonstra sua igual capacidade de atrair votos da centro-esquerda, mesmo que em volume menor que MEO.

No plano parlamentar, a grande novidade foi a eleição de três representantes do Partido Comunista para a Câmara dos Deputados. Isso foi possível graças a um acordo eleitoral entre os partidos que apoiavam Arrate e a Concertación nas eleições para deputados, estratégia que contou com o apoio, inclusive, da DC, tradicionalmente refratária aos comunistas. Como dissemos mais acima, esse acordo pode ser visto como uma opção estratégica desses dois blocos políticos, frente ao crescimento que a direita experimentava nas pesquisas de opinião pública desde 2007, e dadas as condições institucionais chilenas, notadamente, o sistema binominal de eleição parlamentar, e a eleição dos Presidentes da República em dois turnos. Do lado da oposição de esquerda, esse acordo interessava face à possibilidade de retornar à Câmara dos Deputados, pela primeira vez desde 1973; sob o ponto de vista da Concertación, esse acordo

garantiria um apoio certo dos partidos da oposição de esquerda ao seu candidato em um eventual 2º turno, mesmo que isso representasse a perda de alguns postos parlamentares.

A Tabela 8 traz os dados das eleições para a Câmara dos Deputados nos recentes vinte anos de democracia no Chile. Nas eleições de 2009, os resultados atestam uma diminuição da representação dos partidos da Concertación, que, pela primeira vez, passaram a ser minoritários com relação aos partidos de direita naquela casa parlamentar. A grande novidade, entretanto, é a representação parlamentar do Partido Comunista, que, obtendo 2% dos votos em 2009, obteve 2,5% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Considerados os cinco pleitos anteriores, os comunistas tinham uma média eleitoral para a Câmara dos Deputados de 5,5%, com teto de 6,9% nas eleições de 1997. Mesmo assim, nunca havia elegido um deputado sequer. O que explica a queda eleitoral expressiva dos comunistas nas eleições para deputados de 2009 é justamente o acordo que realizaram com a Concertación, quando ambas as forças políticas se omitiram de lançar candidatos em determinados distritos eleitorais, em nome do pacto eleitoral que firmaram. Em compensação, mesmo com a redução da votação, os comunistas elegeram três deputados em 2009, o que é um produto direto do sistema binominal, e da sua tendência a favorecer as coligações, enfraquecendo eleitoralmente aos partidos políticos individualmente.

Tabela 8 – Resultados eleitorais (E) e Cadeiras (C) por Partido na Câmara dos Deputados do Chile, 1989 – 2009 (%)

	1989		1993		1997		2001		2005		2009	
	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
DC	26,6	31,6	27,1	30,8	23	31,6	18,9	19,2	21,4	16,6	14,2	15,8
PPD	11,5	13,3	11,8	12,5	12,9	13,3	12,7	16,6	16,5	17,5	12,7	15
OS	9,1	9,2	12,5	12,5	11,9	9,2	10	8,3	10,4	12,5	9,9	9,2
PRSD	3,9	4,1	3	1,6	3,1	3,3	4,1	5	3,5	5,8	3,8	4,2
RN	19,5	24,2	17,5	24,2	17,6	19,2	13,8	15	15,9	15,8	17,8	15
UDI	14,5	9,2	15	12,5	17,2	14,2	25,1	25,8	22,8	27,5	23	30,8
Independentes de direita	0,2	6,7	0,7	3,3	1,1	5	5,3	6,6	-	1,6	2,3	2,5
Humanistas	0,8	0,8	1,1	-	2,9	-	1,1	-	1,5	-	1,4	-
PC	5,3	-	5	-	6,9	-	5,2	-	5,1	-	2	2,5
Outros	7,3	0,8	4,7	2,4	2,8	4,1	3,7	3,3	2,9	2,5	12,9	5,8

Fontes: HUNEEUS: 2006 e Ministério do Interior do Chile <http://www.elecciones.gov.cl/>

Nas eleições de 2009, entretanto, elevaram-se os índices “Número de Partidos Efetivos” e “Número de Partidos Parlamentares Efetivos” (TAAGEPERA; SHUGART, 1989) no Chile, comparativamente com as eleições de 2005, o que evidencia um aumento da fragmentação do sistema partidário chileno entre essas duas eleições. Isso se deveu não apenas ao aparecimento de novos partidos na disputa

eleitoral de 2009, no caso do primeiro índice, como também da representação de partidos que até então não haviam elegido nenhum deputado, como o PC e o PRI de Adolfo Zaldívar, em se tratando do segundo índice. Entretanto, este aumento da fragmentação partidária no Chile de 2009 em nada destoou do que se observou, nessa matéria, desde 1989, como podemos perceber na Tabela 9.

Tabela 9 – Número de Partidos Efetivos (N) e Número de Partidos Parlamentares Efetivos (NP) no Chile

Ano	N	NP
1989	7,11	5,07
1993	6,66	4,95
1997	7,20	5,33
2001	6,56	5,94
2005	6,57	5,59
2009	7,30	5,63
Média	6,90	5,42

Fonte: Cálculo próprio, com base nos dados do Ministério do Interior do Chile
<http://www.elecciones.gov.cl/>

Considerações finais

A crise política da Concertación, cujo momento de maior gravidade foi observado durante o Governo de Michelle Bachelet, teve sérios impactos sobre o sistema partidário chileno. No que se refere aos partidos políticos da centro-esquerda, a consequência mais evidente foi o seu fracionamento, que pode ser observado no aumento da fragmentação partidária entre 2005 e 2009, como expressa a Tabela 9 – mesmo que essa fragmentação seja discreta e tenha se dado dentro da média histórica. Para o bloco político da direita, a crise da Concertación permitiu seu regresso ao Executivo nacional pela via democrática, fato que não acontecia desde 1958. A grande questão que permeia este artigo é: os dados aqui apresentados, particularmente aqueles relacionados à percepção dos eleitores chilenos sobre as instituições políticas e os partidos políticos do seu país, ainda permitem sustentarmos a tradicional interpretação da literatura da ciência política, de que o Chile se destaca na América Latina pelo nível de institucionalização do seu sistema partidário?

Pelo acima exposto, verificamos que os partidos políticos chilenos vivenciam uma crise de confiança sem precedentes, que se reflete negativamente no nível de adesão dos chilenos a um partido político. Nesta matéria específica, o Chile se destacou na América Latina de 2011, segundo dados do Latinobarômetro, como um país com baixo

índice de identificação partidária pelos seus cidadãos, o que está longe de ser um indicador de institucionalização do sistema partidário. Nesses termos, portanto, podemos perceber que os partidos políticos chilenos vêm acumulando prejuízos, nos últimos anos, no que diz respeito às suas bases sociais. Como isso se deu sucessivamente à retomada da democracia, igualmente podemos identificar tal prejuízo como um sinal de percepção, pela cidadania, de uma baixa qualidade da democracia no Chile.

Da mesma forma, a perda de base social pelos partidos políticos chilenos pode ser considerada como um indicador de um processo de desinstitucionalização do seu sistema partidário, nos termos propostos por Mainwaring e Scully (1995). Se é verdade que o descrédito e a baixa adesão aos partidos é um fenômeno quase universal nas democracias contemporâneas, também é certo que o destaque negativo que o Chile ocupa dentre os países da América Latina no quesito da identificação partidária contrasta com a tradicional interpretação da ciência política sobre a consistência do sistema partidário chileno, acima apresentada, consistência que faria dele uma excepcionalidade dentre os sistemas políticos latino-americanos.

Por outro lado, quando verificamos a coerência ideológica das preferências eleitorais chilenas, consideradas as intenções de votos e a autolocalização dos chilenos na escala esquerda-centro-direita, podemos inferir que os partidos políticos chilenos seguem cumprindo uma função primordial dos partidos políticos em um ambiente poliárquico, que seja, orientar as preferências políticas e eleitorais de acordo com critérios ideológicos.

Ou seja, os eleitores chilenos votam em partidos e em candidatos que estão situados no mesmo espaço ideológico com os quais eles se identificam ideologicamente. Esse traço também pode ser observado na forma precisa como os eleitores chilenos localizaram, na escala esquerda-centro-direita, os principais candidatos presidenciais concorrentes às eleições de 2009. Portanto, a leitura das principais pesquisas chilenas de opinião pública entre 2008 e 2009 permite-nos concluir que o sistema partidário chileno continua se organizando segundo critérios ideológicos, o que, por sua feita, é um sinal da sua institucionalização, ainda segundo os termos de Mainwaring e Scully (1995).

Tal como em todo o mundo democrático, os partidos políticos chilenos vivenciam atualmente um processo de descrédito e perda de base social que não lhe é original, devendo ser interpretado como parte de uma crise mais ampla das poliarquias e dos partidos como organismo de representação política. É certo, entretanto, que deve ser acrescida a essa afirmativa uma variável nacional, que seja, a fragmentação enfrentada pela Concertación durante o governo de Michelle Bachelet. Mesmo assim, é relevante o fato de o sistema partidário chileno seguir se organizando segundo critérios ideológicos, o que é um sinal da sua originalidade frente aos padrões políticos da América Latina.

Bibliografia

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo & SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Fundação Unesp, 2004.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **The chilean political process**. Boston: Unwin Hyman, 1989.

_____. **Partidos, transición y democracia en Chile**. Documento de trabajo. Nº 443. Santiago: FLACSO - Programa Chile, abril de 1990.

_____. **Del postpinochetismo a la sociedad democrática**. Santiago: Debate, 2007.

GIL, Federico G. **The political system of Chile**. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

HUNEEUS, Carlos. **As eleições do Chile: continuidade ou mudança?** In Política Externa. V. 14. Nº 4. São Paulo: Paz e Terra, março a maio de 2006.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. "Introduction". In MAINWARING, S. & SCULLY, T. R. (Org.). **Building democratic institutions**. Standford: Standford University Press, 1995.

MAINWARING, Scott & TORCAL, Mariano. **El conflicto democracia / autoritarismo y sus bases sociales em Chile, 1973 - 1995: un ejemplo de redefinición política de un cleavage**. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. Número 103. Madrid, 2003.

_____. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. Opinião Pública. Vol. XI, nº 2. Campinas: Outubro de 2005.

MOULIAN, Tomás. **Chile Actual**. Anatomía de un mito. 2 ed. Santiago: LOM, 2002a.

_____. “El sistema de partidos em Chile”. In CAVAROZZI, Marcelo & MEDINA, Juan Abal (Orgs.). **El asedio a la política**. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal. Rosario: Homo Sapiens, 2002b.

PASTOR Daniel. **Origins of the chilean binominal election system**. Revista de Ciencia Política. V. XXIV. Nº 1. Santiago, 2004.

RODRÍGUEZ, Leticia M. Ruiz. “Las elecciones presidenciales e parlamentarias de 2005-2006 en Chile”. In SAÉZ, Manuel Alcántara & DÍEZ, Fátima G. **Elecciones y política en América Latina**. Madrid: CEPC/Fundación Carolina, 2008.

SAÉZ, Manuel Alcántara & FREIDENBERG, Flávia. **Partidos políticos na América Latina**. Opinião Pública. Vol. VIII. Nº2. Campinas, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1982.

SIAVELIS, Peter. **Los peligros de la ingeniería electoral (y de predecir sus efectos)**. Política – Revista de Ciência Política. V. 45. Santiago, Primavera 2005.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e o Partido Socialista (PSCh) no Chile: a transformação da esquerda latino-americana**. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

TAAGEPERA, R. & SHUGART, M.S. **Seats and Votes: The Effects and Determinants of**

Electoral System. New Haven: Yale University Press, 1989.